

Grandes projetos na Amazônia: elementos para compreensão da construção de um consenso desenvolvimentista ao longo do tempo¹

Tayanná Santos de Jesus Sbrana (UFPA; Gedmma – UFMA)

Desenvolvimento; Amazônia; Consenso.

Introdução

Neste artigo, apresentaremos alguns aspectos para compreender a construção do que denominamos *consenso desenvolvimentista* ao longo da Ditadura Militar brasileira, analisando escritos de cientistas situados em instituições de produção e/ou crítica aos chamados grandes projetos². *Consenso desenvolvimentista* é uma categoria de análise construída a partir da investigação de processos conflituosos entre povos tradicionais, empresas e governos nos estados do Maranhão e do Pará³, a partir da segunda metade do século XX, seguindo até o tempo presente.

Lançamos o olhar sobre uma construção de sentido que se configura entre 1964 e 1985 e nos alcança na contemporaneidade. Persiste um *modus operandi* do Estado brasileiro no que concerne à forma de instituir políticas e programas de desenvolvimento, bem como a forma de lidar com conflitos entre comunidades, empresas e governos. Para nosso artigo, destacamos a implementação dos três Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND) durante a Ditadura Militar, entre os anos 1970 e 1985, traduzidos para a realidade amazônica a partir dos três Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I, II e III PDA). Além disso, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (Pqdam), o Polamazônia e o Programa Grande Carajás (PGC) são formas especiais de instauração das diretrizes nacionais de desenvolvimento, focando pontos chave de atuação que, ainda

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² São quatro instituições: Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia); BASA S.A. (Banco de Desenvolvimento da Amazônia); NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) e Idesp (Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará). Por conta dos limites do artigo e dificuldade no acesso a fontes, enfocaremos alguns escritos de Armando Dias Mendes, cientista amazônica que transitou por estas instituições e possui vasta produção relacionada ao desenvolvimento amazônico. Para nosso trabalho, analisaremos artigos publicados em revistas ligadas às instituições referidas.

³ Para chegar a essa categoria, nossas pesquisas iniciadas em 2011 e continuadas até a atualidade abordaram os temas dos conflitos ambientais, disputas territoriais, grandes projetos de desenvolvimento e desenvolvimento em perspectiva crítica. Mais informações em Sbrana, 2017.

hoje, são compreendidos como possibilidades de desenvolvimento: a siderurgia, a mineração, as obras infraestruturais e, especialmente, a *racionalização* da floresta⁴.

Os conflitos ambientais contemporâneos situados em territórios tradicionais no Maranhão e no Pará são possíveis devido a uma duração longa da atuação estatal no sentido de suprimir alteridades sobre as quais o poder central não possui controle. O espaço, regionalizado, deve ser controlado, assim como sua população, para que o desenvolvimento continue sendo justificado como única alternativa possível. Embora povos e comunidades tradicionais possuam formas próprias de reprodução social, duradouras e eficazes, a construção desenvolvimentista não permite que essas formas sejam compreendidas pela sociedade envolvente como válidas e, portanto, como alternativas ao desenvolvimento. Dessa maneira, instituem-se espaços de exceção nos territórios tradicionais agora regionalizados⁵.

A Amazônia, historicamente, vem sendo construída como um espaço de exceção, propícia para a instituição dos interesses do Estado coadunados com interesses empresariais. Diversos agentes estiveram envolvidos nessa construção, especialmente ligados aos dois principais polos de atuação desenvolvimentista, a saber, Estado e Mercado, ou ainda, governos e empresas. Porém, não basta identificar os chamados agentes político-governamentais e os agentes empresariais para compreender a força que o desenvolvimento possui no imaginário social como única narrativa possível. É necessário investigar que outros agentes podem ter contribuído para a legitimação social do desenvolvimento. Nesse artigo, fruto de nossa pesquisa de doutorado em execução⁶, apresentaremos elementos para entender como o campo científico atuou na construção do consenso desenvolvimentista durante a Ditadura Militar, considerado por nós o período histórico crucial para uma definição dos traços do desenvolvimento nacional, com vigência até a atualidade.

Realizar a crítica do desenvolvimento deve considerar as várias possibilidades de atuação de diferentes agentes ao longo do tempo, e os cientistas não podem ser esquecidos nessa análise que busca, para além de definir culpados e vítimas, compreender como um conceito tão carregado de sentidos e já tão debatido ainda possui vitalidade. Seu

⁴ Os planos elencados vigoraram nos seguintes anos: I PND e I PDA – 1972 a 1974; II PND e II PDA – 1975 a 1979; III PND e III PDA – 1980 a 1985; Pqdam – 1967 a 1971; Polamazônia – 1975 a 1979; PGC – 1980 a 1990.

⁵ Compreendemos região como uma espacialização do poder, a partir de Haesbaert (2010).

⁶ Orientada pelo Prof. Dr. Pere Petit, em execução no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Pphist/UFMA).

arraigamento na realidade social, constituindo um imaginário próprio, abrangente e eficaz na produção da legitimação, é objetivo de nossa análise. Isso porque para compreender os atuais conflitos vigentes na Amazônia, precisamos, antes, compreender a construção de um consenso em torno do desenvolvimento enquanto necessidade inescapável.

O artigo, a partir daqui, está dividido em três partes: *Desenvolvimento na Amazônia entre 1964 e 1985*, no qual apresentaremos aspectos gerais da constituição dos grandes projetos e discursos legitimadores do desenvolvimento no período; *Considerações sobre a ciência*, que traz elementos para entender a ciência em perspectiva crítica e como situar as narrativas dos cientistas no contexto enfocado; *Interpretações amazônidas do desenvolvimento*, onde apresentamos análise a respeito de alguns escritos de cientistas situados em instituições de implementação e/ou crítica ao desenvolvimento; e *Para não concluir*, a parte final do artigo.

Desenvolvimento na Amazônia entre 1964 e 1985

Durante a Ditadura Militar, configurou-se uma orientação político-econômica desenvolvimentista que destinou para regiões como o Nordeste e a Amazônia o sentido de se tornarem desenvolvidas. No Pará, por sua vez, a orientação do desenvolvimentismo regional consistiu na tradução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND) em Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I, II e III PDA), entre as décadas de 1970 e 1980. A busca por dotar de um sentido desenvolvimentista os chamados espaços vazios amazônicos levou à construção simbólica e ideológica de argumentos legitimadores, como a racionalização dos processos econômicos, a crença na ciência e na tecnologia como caminhos para a implantação do desenvolvimento, e ainda a modificação do “homem amazônico”, tornado trabalhador apto para construir uma Amazônia cada vez mais brasileira.

Pere Petit (2018) divide a história amazônica em ciclos: o primeiro, denominado Ciclo da Borracha, que vai de 1850 a 1912; o segundo, entendido pelo historiador como de declínio econômico e estagnação demográfica, entre 1913 e 1940; o terceiro, compreendido como de crescimento econômico moderado, de 1940 a fins da década de 1960; e o quarto, a época da expansão das atividades de mineração, agricultura, pecuária, extração de madeira, hidrelétrica e desmatamento, que dura desde 1960 até os dias atuais. Para o autor, o último período seria de maior integração da economia regional ao mercado nacional.

Os processos de intervenção do Estado na realidade amazônica surgem com

maior força na década de 1930, pois “a crise econômica internacional e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos [...] favoreceram a crescente intervenção do Estado em suas respectivas economias nacionais, [...], estimulando o processo de industrialização pela via da substituição de importações” (PETIT, 2018: 96). Na década de 1950, é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – Spvea (1953) e a Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (1959), com objetivo de estimular a modernização das atividades agropecuárias e fomentar novas indústrias nos espaços abrangidos por estes órgãos, pondo em prática planos de desenvolvimento econômico. Também nesta década, o Banco de Crédito da Borracha – antigo órgão de fomento às atividades durante o Ciclo da Borracha – foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia, com intuito de diversificar suas atividades de crédito. O primeiro plano de desenvolvimento da Spvea foi o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1954), que serviu de modelo para o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955 a 1959).

Durante a Ditadura Militar, outras ações foram responsáveis por intensificar e transformar os processos de desenvolvimento na Amazônia. Dentre essas medidas, destaca-se que o Banco de Crédito da Amazônia foi substituído pelo Banco da Amazônia S/A – BASA (1966), e a Spvea substituída pela Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia – Sudam (1966). Outras intervenções puderam ser realizadas a partir da Operação Amazônia (1966 a 1967) e da elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia – Pqdam (1967 a 1971) – e é notável a distinção nas nomenclaturas utilizadas nos dois planos quinquenais aqui apontados: o da década de 1950 possuía os termos “valorização econômica”, e o de 1967 já apresenta “desenvolvimento”. Conforme Petit (2018: 103),

Os projetos de desenvolvimento econômico implementados pelos governos militares na Amazônia não podem ser vislumbrados apenas em seus aspectos socioeconômicos, para a cúpula das Forças Armadas a Amazônia era também, ou principalmente, um *problema geopolítico*. A necessidade de estimular as atividades econômicas e ocupação humana da Amazônia, além de outras decisões estritamente militares ou político-administrativas para garantir a “posse desse imenso espaço vazio”, também tinha por finalidade evitar a “cobiça internacional” sobre a região; isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países e prevenir também que se instalassem na região focos guerrilheiros, “nacionais” ou “estrangeiros”.

Devemos observar que estes atos de intervenção do Estado na Amazônia por meio de planos de desenvolvimento acarretaram numa série de conflitos cujas continuidades persistem até a atualidade. Para o autor,

Um dos principais problemas sociais e políticos provocados pelos modelos de desenvolvimento implementados na Amazônia pelos governos militares, foi o incremento dos conflitos agrários entre as diferentes *frentes de expansão* (latifundiários, posseiros, garimpeiros, madeireiros, mineradoras, hidrelétricas) e os camponeses locais, pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas. Até finais dos anos 1970, os conflitos agrários se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas desde inícios da década de 1980 até hoje, foi na Amazônia Legal, especialmente no Pará, onde ocorreram o maior número de conflitos agrários e assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças no país (PETIT, 2018: 115).

Para entender os elementos estruturantes da ação desenvolvimentista durante a Ditadura Militar e seu direcionamento à Amazônia, devemos considerar que a formação discursiva ditatorial possuía alguns enunciados centrais, como a *necessidade de integração*, o *nacionalismo*, a noção de *espaço vazio*, a *fronteira* e a *segurança nacional*. De acordo com Filipe Menezes Soares (2020), essa série de conceitos se destinava a elaborar uma compreensão da Amazônia pelos agentes da Ditadura, constituídos em relação mútua, estabelecendo uma enunciação que perpassava a execução das políticas de desenvolvimento.

Para o autor, o processo de integração, preconizado pela Ditadura Militar, aparecia com um caráter de urgência, inicialmente econômica, e posteriormente social. Porém, com o avançar dos governos autoritários, são assumidos outros compromissos em torno dessa integração, tendo a “urgência pelo desenvolvimento” como uma constante. Durante o governo Médici, a integração ganha contornos maiores, correspondentes à urgência de ocupação das margens das rodovias, por exemplo, sendo um conceito bastante explorado no período, ao ponto de incluir os trabalhadores enviados para a Amazônia na responsabilização pela construção de uma defesa do território contra ameaças estrangeiras e internas. Para o autor, a migração dos contingentes populacionais para as áreas de colonização é sintoma do “sentido comunicativo dos discursos de integração do governo”, sendo esse enunciado “explorado pela racionalidade governamental com interesses estratégicos de mobilização” (SOARES, 2020: 89).

O nacionalismo, como enunciado estruturante da formação discursiva ditatorial, consistia em um esforço conjugado dos grupos que comporiam a nação brasileira em direcionar-se para a Amazônia como espaço a ser *conquistado*. Conforme o autor, “o nacionalismo cumpriu importante papel na mobilização da consciência nacional a respeito da necessidade de intervenção na região, além de render ganhos de legitimidade ao regime” (SOARES, 2020: 94). Esse nacionalismo consistiria numa preocupação com a união das classes sociais e com a soberania nacional, constantemente evocados pelos militares que ocuparam o governo, estando atrelado aos enunciados segurança e

integração. Era um nacionalismo conservador, e suas facetas eram amplas, pois uma das formas encontradas pela Ditadura para “encarar” o *problema amazônico* foi recorrer à sociedade brasileira numa tarefa de captura da região em prol dos desígnios nacionais, numa “tentativa de criar um laço estreito entre aqueles que governam, seus objetivos, e aqueles que são governados, suas ações” (SOARES, 2020: 92). O sinônimo desse nacionalismo seria união nacional, notadamente entre empresas e empregados, patrões e trabalhadores, posicionando-se também contrariamente a um nacionalismo apregoadado por campos da esquerda no período, relacionado à luta de classes. Era necessário, para desenvolver o país e tornar a Amazônia um meio desse desenvolvimento, criar um “espírito nacional”. A saber,

[...] o enunciado do nacionalismo funcionava como forma de garantir a defesa dos bens e riquezas nacionais, sua soberania, mas também de comandar sua exploração, com instituições fortes e capazes, sempre tendo em vista o progresso e o desenvolvimento capitalista. Associada às riquezas estava também a defesa de uma cultura nacional, brasileira, estruturada em costumes, tradições e crenças pré-determinadas (SOARES, 2020: 96).

O enunciado do espaço vazio, a nosso ver, assemelha-se à noção de vazio demográfico. Contudo, o autor aponta importante questão a respeito da forma de exposição dos textos advindos dos governos militares, iniciados por uma espécie de inventário das riquezas amazônicas, seguidos por estratégias para seu domínio. Havia um reconhecimento da diversidade amazônica, mas a Amazônia vai sendo dotada de características específicas conforme é feita sua tutela pelo Estado-nação, ou seja, após reconhecer a diversidade, era apontada a forma de implementar sua unidade. Para tanto, eram apresentados argumentos como o sub povoamento da região, o atraso cultural dos povos e a persistência de formas econômicas consideradas arcaicas, como o extrativismo, associado às antigas formas hegemônicas de exploração da natureza, mas também à produção das sociedades tradicionais existentes. Para Soares (2020: 98), todas as vezes em que o argumento do espaço vazio era anunciado, seu correlato “homem amazônico” também era acionado para a operação de uma depreciação dessas pessoas, pois, no discurso dos militares “[a] ideia é de que o homem amazônico é indigno da qualidade da terra em que reside e que essa população é numericamente incapaz de ocupá-la”.

O enunciado da fronteira insere-se numa busca por admitir a Amazônia nos circuitos da expansão capitalista, e deve ser entendido junto aos conceitos de integração e desenvolvimento. Para o autor, pensar a Amazônia como fronteira acionava, no período, elementos do imaginário que remetiam a episódios da constituição da civilização capitalista, como a descoberta e o desbravamento de novos territórios. Essa noção

“mobiliza o imaginário social de maneira a atualizar diversos esquemas interpretativos, mitos, ideários e conceitos”, como uma “palavra-verbo” (SOARES, 2020: 100). Os discursos da Ditadura, a saber, eram “cunhados e atravessados pela fronteira enquanto um dos enunciados bases de sua formação”, embasando o planejamento do desenvolvimento amazônico, por exemplo, criando um novo espaço de exploração capitalista (SOARES, 2020: 101). Embora não tenha sido invenção da Ditadura, o enunciado da fronteira ganhou contornos expressivos no período, sendo reconhecido socialmente enquanto válido como legitimador de uma ação de intervenção na Amazônia.

O enunciado da segurança, por sua vez, atualizaria o enunciado da fronteira, especificamente em se tratando de elementos presentes no próprio imaginário militar. Ele deve ser compreendido atrelado aos enunciados anteriores, pois “[...] a segurança atualiza a noção de fronteira, pois todo Estado-nação pretende fazer a defesa de seu território nos limites em que se relaciona com outros países” (SOARES, 2020: 105).

Esses enunciados estão presentes nas fontes que analisamos, em diversos desdobramentos conceituais. É interessante destacar a orientação de *ocupação de vazios* presente na execução dos projetos e do fomento às frentes de expansão que persiste nos programas e projetos de desenvolvimento do período democrático, ainda que apresentados sob outros argumentos, distintos da aura autoritária específica da Ditadura Militar. São projetos de ocupação também de sentidos, em lugares com outras lógicas de mundo, como comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, camponesas e outras, considerados ainda um entrave para o desenvolvimento do Brasil. O desenvolvimentismo atual não ignora suas raízes de apagamento, embora surja com tal face atenuada pelo argumento da sustentabilidade, reforçando deslocamentos compulsórios, expulsões, destruições diversas legitimadas por selos verdes, propagandas de incentivo à reciclagem e ao bem-estar individual das populações desenvolvidas.

Considerações sobre a ciência

Uma das “grandes certezas de nosso tempo” é a fé na ciência. Embora nos últimos anos o obscurantismo tenha tomado conta do cenário político e social, especialmente com o avanço dos novos governos de traços fascistas e o crescimento de narrativas que invocam a destruição das estruturas e crenças existentes, durante a segunda metade do século XX, as experiências de desenvolvimento passavam pela implementação do que Simon Schwartzman (2008) denominou políticas científicas. Questões como ciência, universidade e ideologia, por exemplo, fazem parte de uma política do

conhecimento, efetuada por agentes componentes de um grupo social ativo, como professores, cientistas, estudantes, artistas e escritores. Para o autor, é importante compreender os modos de diferenciação e inter-relação entre as variadas formas de conhecimento, como o científico, o técnico, o ideológico e seus usos sociais e políticos, além de verificar em que condições o conhecimento científico surgiu em países como o Brasil.

Os termos *racionalização* e *racionalizar* aparecem recorrentes vezes nas fontes observadas. O tema da racionalidade é importante para entender as políticas de conhecimento, além do par Ciência e Tecnologia que possui sentido amplo e envolve todo o campo do conhecimento técnico e suas aplicações. Nesse solo simbólico estão inseridas as fontes analisadas, pertencentes a três décadas (1960, 1970 e 1980), nas quais C&T foram encaradas como ferramentas para o desenvolvimento, quando não seu sinônimo. Contudo, é válido destacar que embora fosse a visão hegemônica, em alguns momentos, especialmente após a segunda metade dos anos 1970, a crítica a essa concepção de ciência e tecnologia, assim como aos processos de desenvolvimento efetivados até então vinha sendo construída e divulgada.

Para Claude Alvares (2000), a ciência moderna é um produto cultural do Ocidente e está associada às investidas da cultura a que pertence. Como produto ocidental e pertencente a uma época, foi universalizada, sendo aceita por sua capacidade de proporcionar transformações no mundo social, como uma “corrente ideológica que invade e deturpa, e muitas vezes tenta dominar o quadro mais estável e mais amplo das percepções e das experiências humanas” (ALVARES, 2000: 41). Nessa perspectiva crítica, o autor busca entender a ciência como inserida no colonialismo, fator de dominação cultural e societária, o que se tornou problemático nas realidades subalternizadas, especialmente nos países classificados como subdesenvolvidos por um ato de poder⁷. Graças à relação entre o poder, aponta Alvares, os “produtos culturais do Ocidente”, como a própria ciência, “podem arrogar-se supremacia total e validade universal” (ALVARES, 2000: 41).

Sendo um produto da colonialidade ocidental, espera-se que a ciência opere nesses termos, a saber, solapando e subjugando outras possibilidades de compreensão do mundo, expandindo-se hegemonicamente a partir da intimidação, propagação, catequese e força política. Contudo, sua incapacidade de cumprir todas as promessas que carrega,

⁷ A esse respeito, ver Escobar, 2007.

inoperante em resolver todos os problemas elencados, possibilitou com que essa mesma ciência entrasse em declínio, sendo reduzida à categoria de mercadoria ou de um artefato moderno, já que “aquela sua promessa de transformar o mundo em um paraíso materialista, eliminando a pobreza e a opressão, perdeu toda a credibilidade”, realizando o oposto (ALVARES, 2000: 42).

A partir desse raciocínio, Alvares também aponta a íntima relação entre a ciência e o desenvolvimento, entendidos como processos que não podem ser analisados separadamente, pois

[...] o desenvolvimento foi apenas o último parceiro da ciência moderna no exercício de sua hegemonia política. Anteriormente, a ciência já se tinha aliado ao iluminismo e às reivindicações milenárias, e mais tarde associou-se ao racismo, ao sexismo, ao imperialismo e ao colonialismo, para, finalmente, acomodar-se ao lado do desenvolvimento, *uma noção que codifica a maior parte desses seus legados anteriores* (ALVARES, 2000: 43).

Essa associação entre desenvolvimento e ciência proporcionou que no seio das sociedades se construísse uma vontade de desenvolver-se, já que o desenvolvimento trazia consigo a ciência e, portanto, as possibilidades de transformação das realidades consideradas atrasadas em mundos do futuro, opondo-se às formas anteriores, associadas à natureza, às sociedades não ocidentais de subsistência, sem “a mesma racionalidade, sagacidade e eficiência da ciência moderna” (Idem). Dessa forma, o desejo pela ciência era também pela possibilidade de desenvolvimento.

Desenharam-se, portanto, elementos de legitimação do desenvolvimento a partir da ciência, como a categoria de eficiência, amplamente utilizada para justificar a apropriação de determinadas tecnologias e formas de trabalho, *racionalizando-as* para serem ajustadas a um tipo específico de utilização de recursos – essa outra categoria também criada no âmbito desses fenômenos. Ocorreu, assim, a desestabilização de variadas formas de indústrias e modos de vida, nos termos do autor, sendo enfatizadas certas qualidades em detrimento de outras, adotando-se apressadamente determinados procedimentos que induziram a uma ênfase nos “valores errados”. A saber, “[o] enorme progresso da grande indústria no Ocidente foi acompanhado de um projeto igualmente vigoroso para reorganizar a sociedade segundo as diretrizes da ciência (ou seja, da eficiência)” (ALVARES, 2000: 47), o que, para o então denominado Terceiro Mundo, consistiu numa atribuição à ciência de um papel de prometer os padrões de bem-estar antes imagináveis, a partir dos processos de independência do século XX.

Foram construídas, então, “grandes verdades auto evidentes”, imunes às críticas advindas dos grupos sociais e pessoas que estavam inseridas na classificação de atrasados,

como os povos tradicionais. Embora os ditos benefícios da ciência para essas pessoas não sejam óbvios, também os métodos desenvolvimentistas não corresponderiam à melhor forma de execução das atividades mais rotineiras, especialmente por uma exigência do desenvolvimento de *maior sacrifício*, como mais trabalho, inclusive mais monótono, para se garantir um modo de vida menos seguro para grupos que possuíam suas próprias formas de reprodução social embasadas no acúmulo de conhecimentos ao longo de gerações. Nesse sentido, a expansão do desenvolvimento a nível mundial deveu-se especialmente a um poder coercivo, emanado de governos e instâncias dos Estados, passando a assumir uma função diretora dos processos de desenvolvimento, tornado “coercivo, com políticas que obrigavam indivíduos, ‘para seu próprio bem’” (ALVARES, 2000: 49), a tornarem-se desenvolvidos.

É interessante que, na Amazônia, durante a Ditadura Militar, iniciativas anteriores de fomento à construção científica com vistas à implementação de uma realidade “melhorada” foram aperfeiçoadas a partir do planejamento estatal. O par ciência e tecnologia, no período, era considerado indispensável para a implementação do desenvolvimento, o que corrobora com a visão de Alvares, segundo a qual o Estado firmou um compromisso com o desenvolvimento, resultante de um compromisso paralelo com a ciência, enquanto “escolha ideal porque se dizia capaz de *refazer* a realidade” (ALVARES, 2000: 50). O desenvolvimentismo seria alimentado pela ciência e construído pelo Estado, na esperança de criar uma nova sociedade e nova economia, arrogando-se o direito de desenvolver as pessoas e a natureza, sem a possibilidade de recusa – e em relação aos que recusassem essa realidade, poderiam “simplesmente ser expulsos do reino dos recursos, e seus próprios recursos [...] transferidos para a grande indústria”. Com isso,

[o] planejamento, a ciência e a tecnologia – a tecnocracia – tornaram-se um meio eficiente de usurpar os direitos das pessoas aos territórios do conhecimento e da produção; de refutar seu direito de produzir conhecimento; e de solapar seu direito a intervir em assuntos de interesse público ou que afetassem seus meios de subsistência e sua própria sobrevivência (ALVARES, 2000: 53).

Interpretações amazônicas do desenvolvimento

Para capturar alguns dos elementos que compõem a construção de sentido propícia à implementação do desenvolvimento como necessidade em solo amazônico, precisamos entender “como falam as instituições”. Esses espaços de produção de sentido são formados por pessoas, agentes, com distintos interesses e que acionam narrativas conforme os sentidos que atribuem à sua ação. São muitas as possibilidades de análise,

mas realizaremos um recorte de alguns elementos considerados essenciais para compreender de que forma cientistas amazônidas estavam pensando o desenvolvimento durante a Ditadura Militar, e como suas interpretações poderiam fornecer chaves para a construção do desenvolvimento amazônico.

Ao longo das revistas produzidas pelas instituições⁸ encontramos adjetivações para a palavra desenvolvimento que, a nosso ver, acompanham as transformações no conceito e qual significância adquiriu dependendo do contexto e propósito referido no escrito. Esses significados também estão relacionados à vinculação do escritor do artigo em uma determinada área de formação, setor de trabalho na instituição e posicionamento político, em seus ajustes e/ou rupturas em relação ao poder vigente.

Desenvolvimento da Amazônia, da região, regional, econômico regional, econômico e social, social e econômico, florestal da Amazônia, industrial em maior ritmo, integrado, amazônico, das atividades humanas, coerente, integrado e efetivo, local, zonal, ordenado, auto-sustentado, auto-sustentável, com liberdade, local integrado, nacional, nacional e regional, tecnológico e científico, da ciência e tecnologia, técnico científico, auto-induzido, agrícola da Amazônica, da estrutura social e econômica da Região, pleno. Todas essas utilizações foram encontradas nos artigos presentes nas revistas citadas. Além dessas, surgiram utilizações como “rápido processo desenvolvimentista”, “rápido desenvolvimento sócio-econômico” (PANDOLFO, 1969: 55), “seu próprio desenvolvimento” (ALVIM, 1973: 49), “região em desenvolvimento como outra qualquer” (TEREZO, 1979: 10), “processo de desenvolvimento coerente, integrado e efetivo” (JORGE, 1971: 70), além das classificações para os países em voga no período, como “países em desenvolvimento” (RODRIGUES; MOREIRA, 1969: 75), “países desenvolvidos capitalistas” (REIS, 1970: 156), “sociedades subdesenvolvidas” (SILVA, 1970: 192); “áreas subdesenvolvidas” (BRITTO; ALVES; ROCHA: 1981: 89), “área em desenvolvimento” (TEREZO: 1979: 24), “subdesenvolvimento regional” e “sub-desenvolvimento da Região” (DIAS, 1971: 59).

Algumas definições para o desenvolvimento chamaram nossa atenção. Para Ernesto Bandeira Coêlho, o que ele define como desenvolvimento da Amazônia não deveria ser uma “simples e isolada empresa de Governo” (1969: 5), sendo composto por três problemas que precisariam de resolução imediata, nas palavras de Olegário Pereira

⁸ São elas: *Sudam Documenta* (1969 a 1976; 1981; 1982), *Sudam Documenta e Informa* (1977 a 1979), *Revista Econômica do BASA* (1970 a 1972), *Cadernos NAEA* (1976 a 1978; 1983; 1986; 1989; 1993; 1994) e *Pará Desenvolvimento* (1968; 1969; 1971; 1990; 1992).

Reis (1969: 19): o baixo nível de poupança, um mercado consumidor limitado e a escassez de recursos humanos. Para Fernando Costa Silva (1969: 50), o “[o]bjetivo maior do desenvolvimento econômico é o aumento de produtividade e sua distribuição mais equitativa”, sendo ainda um processo restrito na Amazônia, já que não havia atingido “tôdas as áreas componentes desta sociedade”, conforme Maria José Oliveira e Silva. A autora observava que deveria ser direcionada atenção especial ao “aspecto ocupacional com o aperfeiçoamento e a qualificação do homem – mola propulsora do sistema social – a fim de que se possa atingir os grandes objetivos do bem-estar social, a que se propõem os Planos Desenvolvimentistas” (SILVA, 1970: 201).

Essa observação corrobora com a colocação de Pedro Melo da Silva (1971: 123), para quem “o processo de desenvolvimento deve ser o resultado de uma colaboração direta de todos os interessados”. Nesse sentido, fazendo uma defesa da atuação da Sudam, Francisco das Chagas Uchôa Guerra (1981: 5) afirmava que essa instituição vinha “se preocupando grandemente na formação da mão-de-obra e preparação do homem amazônida para utilização deste nos seus Programas de Projetos, objetos do P.D.A., a fim de possibilitar a participação efetiva e, conseqüentemente, a inclusão do mesmo no contexto desenvolvimentista da região”. Outra defesa, mais apaixonada, foi encontrada no texto de Rubens da Silveira Brito (1982: 84), referindo-se ao desenvolvimento na área da saúde. Para ele, haveria

[...] enormes responsabilidades que cabem aos órgãos de saúde da *região-desafio*, em que se positivam grandes esperanças nacionais, quanto a potencialidades energéticas, a recursos minerais, a reservas florestais, a fontes alimentares [...], como fatores de desenvolvimento de nosso país, de nosso Brasil grande, uno e admirado, que nossos antepassados com patriotismo nos legaram e que haveremos de transmitir com amor e trabalho a nossos pósteros, nossos descendentes e nossos continuadores, nessa *senda sacrossanta de Ordem e Progresso*.

Para esses autores, o desafio estava lançado e saltava aos olhos sua imensidão. Como prover a chamada *região-desafio* de meios para seu desenvolvimento, inserindo-a na grande tarefa brasileira de tornar-se um país desenvolvido, superando seus mais duradouros dilemas?

Na *Revista Econômica do BASA* encontramos nomes que também aparecem nas publicações da Sudam, como Armando Dias Mendes e Marcelino Monteiro da Costa. Estes cientistas nos interessam em seus escritos pois suas análises ainda são encontradas nas publicações do Idesp e do NAEA, sendo fundadores deste último. Com essas observações indicamos o trânsito dos agentes entre as instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento no Pará durante a Ditadura Militar.

Armando Dias Mendes, em *A Amazônia e o extrativismo* (1971: 5), trouxe colocações acerca também do atraso econômico amazônico, identificado na prática do extrativismo, considerado pelo autor como “tecnicamente obsoleto, economicamente pouco produtivo e socialmente desumano”, além de conter métodos ultrapassados de trabalho que poderiam ser aperfeiçoados. Remetendo à extração da borracha, afirmava ser difícil alcançar naquele momento os resultados passados, devido à heterogeneidade da floresta, à dispersão das árvores por extensas áreas e ao número elevado de trabalhadores necessários para essa atividade, o que tornaria a produtividade baixa. Em sua visão, o seringal não seria autossuficiente, sem ao menos prover de itens alimentares básicos a população. Contudo, preocupava-se em analisar uma “mentalidade extrativista” que, para ele, seria um obstáculo, isolando “o homem da civilização”, o condenando a “uma vida degradante” (MENDES, 1971: 6), e gerando problemas identificados pelo autor como analfabetismo, incultura, doença, deterioramento dos costumes e dependência do barracão, tornando as pessoas em “escravizados do sistema”.

Desse modo, via “[a] substituição do extrativismo [como] um imperativo em qualquer programa que vise o aumento da eficiência econômica e a promoção humana da região” (IDEM). Para realizar essa substituição, seria necessário diversificar a produção amazônica, entendida como uma “exigência social” e uma “necessidade econômica”, a fim de retirar do processo os “inconvenientes da monocultura”. Tal processo demandaria – importante ressaltar – “um mais largo conhecimento da realidade regional” (IDEM), e o cientista observava que tal ação receberia críticas e resistências, especialmente aquelas que se oporiam “a qualquer esquema de modificação do ‘status quo’. Não apenas os interesses estabelecidos, como instituições e hábitos” (IDEM). E ainda pontuava que tal fenômeno seria “universal e constante, onde quer que se queira modificar as estruturas em nome de uma ordem econômica mais produtiva e social mais justa” (IDEM). Preocupado com isso, descrevia as “estruturas mentais alicerçadas durante séculos na prática predatória da natureza, na reprodução rápida do capital empregado, no seu consumo suntuário e desperdício” como responsáveis pelo entrave à transformação da Amazônia, enfatizando que tais problemas deveriam ser enfrentados a partir de uma regionalização da ação federal (IDEM).

No artigo *Relações entre o planejamento físico e o econômico-social: algumas considerações sobre a experiência brasileira* (1976), é apresentado um balanço de setenta anos de planejamento do desenvolvimento no Brasil, destacando “a índole característica da mentalidade dominante de cada período e a ênfase dominante nas decisões do

Governo, orientadoras da sua própria atuação e indutoras da ação do setor privado” (MENDES, 1976: 41).

O autor identifica períodos por suas principais características, a saber: defesa, entre 1900 e 1947; valorização, entre 1945 e 1966; desenvolvimento nacional, entre 1950 e 1973; desenvolvimento regional, entre 1959 e 1973; desenvolvimento local, entre 1966 e 1973; e integração, entre 1970 e 1973. Cada um desses momentos contou com instituições e formas de atuação do Estado. A ação pública, ao longo do tempo, orientou-se conforme as concepções vigentes nos períodos elencados, iniciando o primeiro com a caracterização de um “Estado-Polícia”, preocupado em defender o país daquilo que o “diminuía”, no caso, as secas no Nordeste e a ameaças externas na Amazônia. Nesse intuito, foi criada em 1909 a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), e em 1912 a Superintendência de Defesa da Borracha.

Se para o Nordeste o enfoque governamental era o “drama social” periódico causado pelas secas, para a Amazônia se visava “garantir a sobrevivência de um aparato produtivo de grande significação para o país”, e nos dois casos estava colocada a questão da defesa do Brasil contra o perigo interno, no Nordeste, e o perigo externo, na Amazônia (MENDES, 1976: 46). A esse respeito, afirmava:

Cremos poder vincular o aparecimento, no Brasil, da grande dicotomia entre **planejamento físico** e **planejamento econômico** aos dois grandes projetos governamentais do início do século. E é sintomático e revelador que ambos tivessem dimensão regional, não surgindo portanto dentro de uma ótica nacional senão nas suas implicações por via de consequência (IDEM).

No segundo período ocorreu a instalação de “dispositivos de defesa” nas duas regiões, observando o autor que naquele momento as técnicas de engenharia estavam avançadas, mas não as de planejamento, ainda desconhecidas. Esse também foi o período de tentativas de recuperação da economia amazônica, com a criação do Banco de Crédito da Borracha S. A., num “esforço de guerra”. A nova fase planejadora, por sua vez, foi iniciada em 1946 a partir de uma “ótica mais compreensiva”, com a criação dos programas de valorização econômica, dos quais falamos em momentos anteriores. Destaca Mendes que a Spvea foi “o primeiro esforço brasileiro de **valorização** no sentido adaptado do termo, compreensivo de ocupação do espaço e de promoção humana”, envolvendo “exigências de planejamento físico, que tentativamente se pretendeu incorporar ao Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959)” (MENDES, 1976: 48). É nos anos 1950, portanto, que o autor identifica como o período dos primeiros ensaios de ordenamento governamental planejado.

Nos anos 1960 surge o Ministério do Planejamento, com planos plurianuais globalizantes, o surgimento do BNDE e o olhar voltado para setores estratégicos de crescimento da economia nacional, a saber, eletricidade, transportes e siderurgia, prosseguindo para a ótica do desenvolvimento regional, cerne do debate do autor no artigo. Para ele, a mais importante ação do período em que escreveu o artigo era a “invenção” dos incentivos fiscais regionais, num “esquema operado inicialmente para criar condições favoráveis (subsidiadas) em benefício do setor secundário”, que “foi depois ampliado para todos os setores das economias daquelas duas regiões, e opera basicamente como um mecanismo de transferência de poupanças extra-regionais para as duas áreas” (MENDES, 1976: 50). Mecanismos como esse traduziriam uma nova fase de integração, o que vinha sendo entendido a partir da expansão de programas de desenvolvimento local integrado, assegurados pela Constituição de 1967, “por cima das autonomias estaduais e municipais, dentro do novo federalismo brasileiro ‘sui generis’” (MENDES, 1976: 51).

Em 1970, observa, estaria situada a fase de integração do planejamento brasileiro, no nível inter-regional, com uma “reciclagem” de diretrizes nos variados planos de desenvolvimento. O PIN, nesse sentido, tinha suas “características integradoras” no “enlace físico” entre Amazônia e outras regiões, “mas ainda na articulação econômica e social com essas regiões” e na origem de alguns dos recursos, o que possibilitaria uma quebra do “insulamento físico da Amazônia perante o resto do Brasil, imposto por condicionantes geográficos”, criando-se “vinculações e fluxos diretos entre sub-regiões amazônicas e o Brasil restante” (MENDES, 1976: 52).

Indica algumas chaves interpretativas possíveis, a saber, o ponto fulcral do processo de integração ser uma preocupação regional com ramificações globais e atenções locais; a mudança de uma postura inicial de defesa para a percepção dos desafios sociais e econômicos mais amplos; um “aumento da consciência nacional” a partir de dois ângulos: espacial/geográfico e humano/demográfico; uma “evolução ininterrupta do processo, independente das flutuações políticas” (MENDES, 1976: 53); a incapacidade de criar mecanismos de integração entre planejamento físico e econômico-social; a incapacidade de “produzir um verdadeiro modelo nacional de desenvolvimento econômico-social satisfatoriamente implementado pelo físico” (MENDES, 1976: 54); e a dificuldade de promover o desenvolvimento por conta dos problemas de produto e renda.

A respeito dessas questões, é interessante a observação de Mendes segundo a qual haveria uma singular questão envolvendo um “divórcio parcial” entre o setor técnico e o setor político, realizando uma crítica ao primeiro por manter-se atrelado a técnicas engessadas e oriundas de realidades alheias à brasileira, e elogiando o ramo político de onde adviriam, até então, “as decisões mais ousadas e criadoras já tomadas”, “agindo aparentemente por inspiração e muitas vezes à margem do raciocínio técnico puro” (IDEM). E a respeito do processo mais amplo, observava que haveria disparidades nas formas como as distintas sociedades eram enfocadas, numa dominação dos mercados periféricos engendrada pela integração, o que só ampliaria os distanciamentos entre áreas desenvolvidas e as subdesenvolvidas, sem mecanismos compensatórios. Para o autor, “[o] caso amazônico está [...] quase numa situação-limite, de vez que a sua população é escassa, dispersa e desigualmente distribuída, e seus recursos naturais, ainda mal conhecidos, estão a se revelar cada vez mais diversificados e amplos” (MENDES, 1976: 55).

Para não concluir

Os discursos devem ser compreendidos no contexto da produção de consenso, em lutas por significação. Um discurso, quando chega a tornar-se legítimo, passou por uma série de lutas políticas, conforme os interesses e capitais acionados pelos agentes, bem como as posições que eles ocupam no espaço de conflitos. Instituída como consenso, uma determinada noção, conceito ou discurso passou por variadas disputas, apagando dissensos ou as arbitrariedades do processo. Apresentada como única realmente existente e válida, uma concepção tornada dominante, na verdade, foi constituída pelo aplainamento de narrativas, e suas fissuras, ou o que foi ocultado no processo de legitimação, pode ressurgir a qualquer momento, dependendo das forças em disputa e dos caminhos do jogo (BOURDIEU, 2012).

Em nossa pesquisa, a atuação de cientistas nos debates a respeito de desenvolvimento e desenvolvimentismo no Pará durante a Ditadura Militar pode ser compreendida como o processo de constituição de um *consenso desenvolvimentista*, que chega a nós contemporaneamente. Partimos dos escritos de cientistas, que podem ser denominados também como técnicos e, dependendo do acionamento de capital simbólico, intelectuais, que, para Jessé Souza, emitem considerações que “são fundamentais para a forma como uma sociedade escolhe e leva a cabo seus projetos coletivos”. Não sendo apenas ideias, de forma genérica, mas explicações que identificam “porque o mundo

material e econômico visível e palpável se construiu dessa forma e não de outra qualquer, e são elas, portanto, também, que explicam por que temos ‘essa vida’ social e política e não qualquer outra possível” (SOUZA, 2010: 151).

Os fatores de legitimação de determinados saberes possuem importância nas lutas simbólicas e reais em torno dos campos, ou da legitimação dos agentes nos campos. Com a ciência, não é diferente:

Para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual desta produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Entre esses dois polos, muito distanciados, [...] existe um universo intermediário [...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência (BOURDIEU, 2004: 20).

O campo científico é perpassado por relações de força, “fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio” (BOURDIEU, 2004: 34). Existem conflitos intelectuais que são também conflitos de poder, pois “toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos” (BOURDIEU, 2004: 41). Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: como a utilização da ciência, considerada como legítima em contraposição à subalternização destinada aos saberes populares na sociedade e período em estudo, contribuiu para a construção de um consenso no qual o desenvolvimento, esta palavra polissêmica, tornou-se uma *necessidade* e, ainda, um *horizonte a ser perseguido*?

Nessa luta, as representações são elementos relevantes e palavras como Amazônia e desenvolvimento são acionadas numa disputa que envolve diferentes agentes sociais, ao longo do tempo. Propomos, a partir desse artigo, que durante a Ditadura Militar, herdando disputas advindas dos momentos iniciais do desenvolvimentismo brasileiro, estabeleceram-se os elementos para a constituição de um *consenso desenvolvimentista* no Pará – foco da análise, podendo ser estendido, mediante investigação, para outros espaços no Brasil.

Porém, a pesquisa tem delineado outros debates que consideramos importante demarcar, ainda que inicialmente, nesse trabalho, e na forma de proposições para análises futuras. Considerada como um capítulo na história do desenvolvimento brasileiro, seria a Amazônia o *outro do Brasil*? Nos escritos analisados observamos a queixa de que os grandes projetos estavam sendo capitaneados por agentes econômicos não amazônicos, destinando os lucros para seus Estados de origem, no eixo Centro-Sul. Também que os

objetivos econômicos do Brasil suprimiam a necessidade de desenvolvimento regional, desconsiderando as ponderações locais de efetivação do desenvolvimento, por exemplo.

Mas seria, ainda, a Amazônia e, significativamente, suas gentes, constituidoras de um espaço vazio de sentidos, necessitando ser preenchido pelos mais elevados objetivos da civilização? Onde se encaixam as colocações dos cientistas, referentes à falta de técnicos e instituições capazes, de racionalidade nos processos, de mentalidade empresarial para os agentes econômicos locais, de ação enfática nas disputas pelos recursos a partir dos representantes políticos?

A pesquisa nos instiga a entender como, no Brasil, a efetivação do capitalismo a partir dos processos de desenvolvimento durante a Ditadura Militar consistiu na instituição de espaços à espera de transformação. A Amazônia *subordinada* foi o grande projeto do Regime, partindo de elementos duradouros no acúmulo histórico brasileiro. Acionaram, a partir dos discursos dos agentes políticos, empresariais, e também dos cientistas, elementos justificadores dessa empreitada, identificando na floresta – a característica uniformizadora por excelência – a mata a ser desbravada. Dessa forma, o desenvolvimento assumiu os contornos de uma *estrutura organizada de esquecimento*, ocultando toda a complexidade de modos de existir no tempo e no espaço já vigentes antes de sua efetuação a partir de programas e projetos. Fazer esquecer, para a efetividade do desenvolvimento, é uma ação imprescindível – esquecer de outras possibilidades, passadas e futuras.

Desenvolver a Amazônia, ainda hoje, continua um imperativo. É a partir disso que Jair Bolsonaro, em 2019, no Fórum Econômico Mundial de Davos, direcionando a palavra ao ex vice-presidente dos EUA, Al Gore, falou que “a Amazônia não pode ser esquecida. Temos muitas riquezas e gostaria muito de explorá-la junto com os Estados Unidos”⁹. Diante da perplexidade do interlocutor que possui atuação reconhecida em prol da defesa da Amazônia, ouviu a resposta: “não entendi o que você quis dizer”.

⁹ ‘NÃO entendi o que você quis dizer’, diz Al Gore após Bolsonaro falar em explorar Amazônia com EUA. O Estado de São Paulo. São Paulo. 24 de agosto de 2020. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-sei-se-entendi-diz-al-gore-apos-bolsonaro-afirmar-que-gostaria-de-explorar-amazonia-com-eua,70003411170>>. Acesso em 28. fev. 2021.

Referências

‘NÃO entendi o que você quis dizer’, diz Al Gore após Bolsonaro falar em explorar Amazônia com EUA. O Estado de São Paulo. São Paulo. 24 de agosto de 2020. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-sei-se-entendi-diz-al-gore-apos-bolsonaro-afirmar-que-gostaria-de-explorar-amazonia-com-eua,70003411170>>. Acesso em 28. fev. 2021.

ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução de Vera Lúcia M. Josceline, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

ALVIM, Paulo de T. Desafio Agrícola da Região Amazônica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 4, n. 1/4, pp. 49-61, out. 1972/ set. 1973.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução: Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRITTO, Rubens da Silveira. Digressões em torno do estágio nutricional das populações da Amazônia. In: *SUDAM Documenta*, Belém, PA, v. 4, n. 1/2, pp. 69-90, jan./dez., 1982.

BRITTO, Rubens da Silveira; ALVES, Zildomar José; ROCHA, Maria Inês Ferreira da. Tuberculose: 86 anos de obituário em Belém. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 3, n. 1/2, pp. 87-107, jan./dez., 1981.

COELHO, Ernesto Bandeira. Apresentação. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. V-VI, out./dez., 1969.

DIAS, Catharina Vergolino. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. *Revista Econômica do BASA*, Belém, PA, v. 1, n. 4, pp. 55-68, set./dez., 1971.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Tradução Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

GUERRA, Francisco das Chagas Uchôa. Projetos Florestais IX; mão-de-obra em manejo florestal (continuação). *SUDAM Documenta*, Belém, PA, v. 3, n. 1/2, pp. 5-13, jan./dez., 1981.

HAESBAERT, Rogério. Por uma outra regionalização: a região como artefato. In: *Regional global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 109-155.

JORGE, Fernando Coutinho. Necessidade do planejamento urbano e a criação da CODEM. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 2, pp. 65-77, jan./abr., 1971.

MENDES, Armando Dias. A Amazônia e o extrativismo. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 3, pp. 5-7, mai./jun., 1971.

_____. Relações entre o planejamento físico e o econômico-social: algumas considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos NAEA I*. Belém, PA, pp. 39-71, 1976.

- PANDOLFO, Clara. Floresta Amazônica; possibilidades de exploração econômica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 55-60, out./dez., 1969.
- PETIT, Pere. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da Spvea à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018b, pp. 95-122.
- REIS, Olegário Pereira. Incentivos fiscais para o desenvolvimento. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 5-31, out./dez., 1969.
- REIS, Olegário Pereira. Os preços nas emprêsas públicas. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 2/3, pp. 151-167, jan./jun., 1970.
- RODRIGUES, José Roberto; MOREIRA, Jorge S. Alguns aspectos do setor primário regional. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 75-83, out./dez., 1969.
- SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. “E deu nome a todas as coisas”: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015). 2017. 236 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Edição online.
- SILVA, Fernando Costa. Tecnologia, industrialização, educação. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 49-52, out./dez., 1969.
- SILVA, Maria José Oliveira e. Aspectos ocupacionais na sociedade amazônica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 2/3, pp. 191-207, jan./jun., 1970
- SILVA, Pedro Melo da. Pressupostos gerais sobre a metodologia de um plano integrado. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 2, n. 4, pp. 121-128, jul./set., 1971.
- SOARES, Filipe Menezes. A Amazônia da Ditadura. *A AMAZÔNIA DA DITADURA: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente*. 2020. 400 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. pp. 33-147.
- SOUZA, Jessé. A legitimação acadêmica dos privilégios no Brasil. In: CATTANI, Antonio David (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010.
- TEREZO, Evaristo. Potencialidade do setor florestal da Amazônia. *SUDAM Documenta e Informa*. Belém, PA, v. 2, n. 1, pp. 9-24, jan./mar. 1979